

ESTUDOS DECOLONIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UMA NECESSIDADE DE “ABRASILEIRAR” AS DISCUSSÕES EM TORNO DO TEA

Ivana Clotilde Rizzi Advincula ¹
Eduardo Gomes Onofre ²

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir a relação entre os estudos decoloniais e a construção histórica acerca das Políticas Públicas voltadas para a pessoa com deficiência no Brasil, como, também, tenta problematizar as influências estrangeiras nas conceituações sobre o autismo. É de fundamental importância discutir as diversas formas de exclusão social, a partir do contexto socioeconômico da América Latina, para então, favorecer a busca por soluções concretas e mais viáveis à população brasileira com TEA. A decolonialidade rompe com a tradição eurocêntrica de pensar e importar resoluções baseadas em sociedades com outro funcionamento social; e passa a repensar a problemática nacional com identidades e percepções próprias. É necessário reinterpretar a deficiência dentro do cenário étnico-cultural e social de enfrentamento das desigualdades produzidas desde o Brasil Colônia, a exemplo dos povos originários, afro descendentes e outra grande parte da população menos favorecida, que se encontram sequeladas pelas relações assimétricas de poder, historicamente reproduzidas nos dias atuais. Não se pode separar da deficiência suas questões sociais diversas. Este trabalho possui uma abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, realizada através de buscas bibliográficas. Este estudo surgiu através da necessidade de tecer as discussões sobre o autismo com vieses e conhecimentos atrelados a questões brasileiras das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: estudos decoloniais; políticas públicas; deficiência no Brasil; autismo.

¹ Mestrando do Mestrado Profissional em Educação inclusiva – PROFEI – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – ivanarizzisatori@yahoo.com.br

² Eduardo Gomes Onofre: Professor Doutor da Univerisdade Estadual da Paraíba, eduonofre@gmail.com